

O PECADO DA RETÓRICA

Luciano Novaes Vidon (UFES)

RESUMO

Neste ensaio, tratamos de trazer à tona a retórica aristotélica a partir da obra de Perelman e Olbrechts-Tyteca, “Tratado da argumentação – A nova retórica” (1996). Nessa obra de grande fôlego, a “arte de persuadir” é revisitada sob uma ótica dialógica e pragmática, o que a aproxima do pensamento de Bakhtin sobre discurso e enunciação. Ao comparar o enunciado verbal concreto ao entimema retórico, Voloshinov/Bakhtin (1976), pareciam já sinalizar para as ciências humanas, e em especial para a lingüística, o lugar epistemológico de suas investigações.

Palavras-chave: Dialogia; Discurso; Retórica.

ABSTRACT

This article draws attention to the rhetoric aristotelian beyond the “Tratado da Argumentação - A nova retórica”, by Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996). In this work, the “art of persuasion” is analised into the dialogic and pragmatics point of view, according to Voloshinov/Bakhtin (1976).

Keywords: Dialogic; Discours; Rhetoric.

O Tratado da Argumentação - A Nova Retórica (PERELMAN e OLBRECHTS-TYTECA, 1996), pretende revitalizar a retórica e mostrar a sua relevância e atualidade como forma de raciocínio. Considerada durante séculos como inferior perante os raciocínios analíticos, a retórica ficou esquecida, o que não quer dizer que deixou de ser usada. Na verdade, quem fez questão de esquecê-la foram os teóricos, filósofos, matemáticos, físicos, filólogos, entre outros adeptos do paradigma científico galileano. Para esses, o modelo ideal de raciocínio estava devidamente construído: a lógica formal.

A temporalidade dos meios de prova retóricos, sua circunstancialidade, incomodava, sem dúvida, àqueles que preconizavam a existência de uma verdade (ou de verdades possíveis de se demonstrar). O princípio retórico da verossimilhança, defendido por Aristóteles (1969) na *Arte Retórica*, abria espaço para a polêmica: uma argumentação não seria definitivamente acabada. A contingência seria fundamental na argumentação, diferentemente do raciocínio lógico. Enquanto a demonstração procura evitar dúvidas e ambigüidades, não se preocupando com origens e papéis dos sistemas ou regras, muito menos com o sentido das expressões usadas

quando se trata de argumentar, de influenciar, por meio do discurso, a intensidade de adesão de um auditório a certas teses, já não é possível menosprezar completamente, considerando-as irrelevantes, as condições psíquicas e sociais sem as quais a argumentação ficaria sem objeto ou sem efeito. Pois toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual (PERELMAN, id.: 16).

Em nome de uma ética que ocultava uma série de questões, a retórica tornou-se, durante todos esses anos, uma espécie de pecado. O entimema, silogismo incompleto, em que uma das premissas é ocultada, tornou-se impossível para raciocínios considerados mais sérios e ocupados com a busca sincera da verdade. Como o orador, na *Arte Retórica*, deveria saber usar entimemas, a fim de persuadir seu ouvinte, homens considerados dotados de razão, de princípios, especialmente os morais, não poderiam admitir a prática da retórica, por considerá-la carente de princípios éticos. A amoralidade da retórica, portanto, era temida e, assim, ficam explicados os constantes e contínuos ataques sofridos por ela, promovendo-se, a sua desqualificação.

O raciocínio que procura, acima de tudo, encontrar a verdade não precisaria de apreço do auditório. Ele demonstraria por si mesmo, seria universal. Daí os raciocínios que elegeram a lógica formal como modelo de demonstração procurarem apagar os sujeitos e a história. A demonstração, baseada na lógica formal, não teria necessidade de buscar no ouvinte, nas suas paixões, o que é próprio para persuadí-lo. As provas, na demonstração, seriam auto evidentes, capazes de convencer a todo ser humano dotado de razão. Como os meios de prova da retórica são circunstanciais, devido às suas premissas serem relativizadas, são considerados inferiores, fracos perante os meios de prova específicos da

lógica. Os primeiros só atingem auditórios particulares, que estão dispostos a tal argumentação. Já os segundos influem todo e qualquer ser consciente.

Conforme concebido por Aristóteles, na *Arte Retórica*, o orador, através do discurso, pode persuadir o ouvinte demonstrando que aquilo que ele diz é verdade ou parece ser verdade. O que está em jogo aqui, efetivamente, é a maior intensidade de adesão de um auditório a certas teses, e não a sua adesão total, universal. O orador tem que levar em conta, na sua argumentação as paixões dos ouvintes. Esse ponto é o que torna a argumentação tão dinâmica (e tão perigosa, ao ponto de ser temida).

Conforme aponta Perelman, até mesmo no plano da deliberação íntima o indivíduo se divide em dois, podendo, assim, argumentar consigo mesmo. Ou seja, é condição prévia para a argumentação a presença de um ou mais interlocutores para o orador. A deliberação íntima, considerada por muitos como uma forma superior de pensamento, de raciocínio, pois pressupõe-se que, nela, o sujeito queira formar-se uma convicção, não é vista como uma forma peculiar de argumentação por Perelman. Para ele, mesmo aí, há procedimentos retóricos.

Perelman está preocupado, efetivamente, com o auditório, alertando o orador que não subestime seus ouvintes, que esteja atento a eles, simpático, e que lhes pondere, sempre, e não dite ordens, menosprezando suas reações. A apreciação do ouvinte pelo discurso deve ser assinalada pelo orador¹. O orador deve valorizar a opinião do auditório - “*conjunto daqueles que o orador quer influenciar com sua argumentação*”:

o importante, na argumentação, não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ela se dirige.” “É, de fato, ao auditório que cabe o papel principal para determinar a qualidade da argumentação e o comportamento dos oradores. (id.: 26-7).

¹ É interessante observar que nessa passagem do *Tratado*, o discurso de Perelman torna-se didático, como o é, em vários momentos, o discurso de Aristóteles, na *Arte Retórica*. Perelman também critica a idéia de que a Dialética seria superior à Retórica, devido ao fato de os interlocutores, na Retórica, estarem ocupados em sustentar seus pontos de vista, lutando para conseguir o maior número de adesões às suas teses. Daí o estudo das paixões dos ouvintes, como o fez, detidamente, Aristóteles.

Perelman se propõe, então, a pensar a argumentação baseando-se na consideração dos auditórios sob seus aspectos concreto, particular e multiforme. Segundo o autor, conforme já foi colocado, há um ideal de argumentação, buscado pelos teóricos, em que uma técnica se imporia a todos os auditórios indiferentemente.

UMA BREVE ANÁLISE

Dos vários empecilhos encontrados pelo pensamento racionalista para atingir cada vez com maior propriedade o conhecimento e a verdade, a língua natural sempre se constituiu como dos mais complexos e, por que não dizer, embaraçosos. O desejo de um sistema formal desprovido de ambigüidade alimentou muitos filósofos da ciência e da linguagem, em especial Frege (1978) e Russell (1978). Para estes, a língua natural tornava-se um obstáculo ao pensamento racional. No quadro histórico do positivismo contiano, estes teóricos propuseram uma cisão na linguagem: uma linguagem unívoca, sem ambigüidade, sem história, para servir à razão e outra linguagem, plurissignificante, histórica para servir à ação.

Colocando-se na linha de frente contra esta proposta logicista de Frege e Russel, Perelman defende a argumentação como uma outra forma de servir à razão. Para o filósofo do direito, o pensamento prescinde da argumentação, o tempo todo. Prova disto é a deliberação íntima. Como concebeu Aristóteles, é próprio do homem argumentar. Como concebe Perelman, o homem argumenta até consigo mesmo.

A natureza sociológica do pensamento perelmaniano pode ser identificada também no postulado de que a deliberação com outrem é que serve de base para a deliberação consigo mesmo e não o contrário.

De acordo com a teoria perelmaniana, os lugares-comuns fundam valores e hierarquias e, ao mesmo tempo, os reforçam. Esses valores, essas hierarquias não posuem uma razão do tipo lógica. Eles funcionam com base em outros parâmetros, sócio-historicamente definidos, circunstancialmente determinados. A análise de lugares-comuns, na argumentação, revela este jogo pragmático, histórico e social. Tal jogo

possui um raciocínio completamente diferente do lógico-formal. Isto não quer dizer que não haja lógica, mas que a lógica aqui é diferente da sistematizada pelo formalismo cartesiano. Trata-se exatamente de uma lógica retórica, ainda que isso pareça paradoxal. A análise a seguir tenta encontrar este raciocínio, encadeado paralogicamente.

No poema abaixo, pode-se dizer que, ao tema *Beira do Mar*, considerado um lugar-comum (numa acepção próxima à da teoria argumentativa), associam-se ou se fundam certos valores que, ao mesmo tempo, fundam também hierarquias.

*Beira do mar
Lugar comum
Começo do caminhar
Pra beira de outro lugar
À beira do mar
Todo mar é um
Começo do caminhar
Pra dentro do fundo azul
A água bateu, o vento soprou
O fogo do sol
O sal do senhor
Tudo isso vem
Tudo isso vai
Pro mesmo lugar, de onde tudo sai. (João Donato/Gilberto Gil)*

Os valores colocados em jogo são da ordem do princípio, do único, do interior, dentre outros que poderiam ser apontados. Os quatro elementos considerados básicos da natureza (água, ar, fogo e terra) estão hierarquicamente subjugados a um valor maior, um elemento, por assim dizer, essencial. Aqui parece se encontrar de fato o lugar-comum implícito ao texto: a essência. O Mar como origem, como berço, de onde tudo vem, para onde tudo vai num movimento incessante como as próprias ondas que o constituem. O Mar é único, é total, é princípio e fim. A beira do mar, o homem contempla o mistério das coisas terrenas – a água, o fogo, o vento, o sal. A essência neste caso tem relação direta com a divindade ('o senhor de todas as coisas'), o Ser-em-Si, a Essência das essências, o Criador – até mesmo do Mar.

Esta associação pode ser verificada em outro texto que tem o mesmo tema *Beira do Mar*. Tratam-se dos seguintes versos do compositor popular Zé Ramalho:

*Quando o dia morre que a noite avança
A brisa marinha bafeja e murmura
Nos braços divinos da santa natura
A noite soturna tristonha descansa
O mundo adormece e o mar se balança
A lua de prata começa a brilhar
Jogando reflexos dourados no ar
Rasgando o véu preto que envolve o espaço
Matando a metade do grande mormaço
Que agita as procelas na beira do mar.*

*Em cima da Terra o mar permanece
Cheio de enigmas completo de enredos
Guardando mistérios e grandes segredos
Ciências ocultas que o chão desconhece
É bravo gigante que nunca adormece
Um minuto apenas não pode parar
A terra girando suspensa no ar
Obriga que as águas se movam também
Sem obedecerem na terra a ninguém
Somente a Netuno que é mestre do mar.
No mundo da gente qualquer ser humano
Que viva pisando no globo terrestre
É uma energia que para seu mestre
É só contemplar esse grande oceano
Aonde o poder de um ser soberano
Está retratado sem nada faltar
Grandeza que o homem não pde imitar
Nem mesmo em oitenta milhões de semanas
Aonde a ordem supera as humanas
No Céu e na Terra de por dentro do mar.
(Beira-mar capítulo II – Zé Ramalho)*

Na verdade, este texto parece desenvolver o outro. Os elementos da natureza (Santa Natura – donde já a questão da divindade) são elencados de modo a contracenar com o elemento principal, o Mar. Dia e Noite, a brisa, o mundo, a lua, tudo parece ganhar ação dramática, no estilo consagrado aos românticos. Enquanto tudo se transforma, o dia em noite, o mundo adormece, a lua brilha, ‘Em cima da Terra o Mar permanece’ – argumentativamente, o que permanece é preferível, em geral, ao que não permanece. Na segunda estrofe verifica-se a associação do elemento Mar às coisas misteriosas, enigmas, enredos, segredos. Ele está acima das Ciências Exatas, pois guarda, oculta ciências não vislumbradas pelas ciências do tipo lógicas, por assim dizer. Há um contraponto interessante num determinado verso desta estrofe, colocando em choque Mundo e Mar; o Mar ‘é bravo gigante que nunca adormece’, enquanto Mundo, conforme colocado na estrofe anterior, adormece. O Mar está sempre atento, ‘um minuto apenas não pode parar’. O Mar só obedece a seu Mestre, Netuno, Senhor das águas. O Mar representa o poder do ser soberano sobre o Homem. Nos últimos versos, torna-se bastante clara a associação com o princípio das coisas, ao se referir à passagem bíblica do gênesis, em que Deus, o Mestre dos mestres, na visão cristã, cria o mundo em uma semana. Para Zé Ramalho, o Mar reflete de maneira única e fundamental esta superioridade divina sobre o Homem: ‘É só contemplar esse grande oceano/Aonde o poder de um Ser Soberano/...’

Voloshinov/Bakhtin (1976), ao comparar o enunciado verbal concreto ao entimema retórico, pareciam já sinalizar para as ciências humanas, e em especial para a lingüística, o lugar epistemológico de suas investigações. Para os autores, partir dos pressupostos do racionalismo-empirismo para se investigar conhecimentos intrinsecamente relacionados ao Homem, histórico e social, seria um equívoco.

Este também parece ser o pensamento do historiador e epistemólogo C. Ginzburg (1986). Ele defende a necessidade das ciências humanas se pautarem em um paradigma metodológico independente do paradigma galileano-cartesiano-positivista. Para Ginzburg, as ciências humanas prescindem de uma metodologia mais flexível, maleável, cujos princípios fundar-se-iam na qualidade dos dados.

Pode-se dizer que a própria análise realizada anteriormente só foi possível partindo-se de um paradigma do tipo indiciário.

A retórica aristotélica privilegia o raciocínio abduativo, construído a partir de sinais – *tekmerion* – e conjecturas. O modelo platônico, por sua vez, tem por fim um raciocínio sem conjecturas – a verdade absoluta.

Na ciência moderna, o empirismo se impõe e passa a regular os procedimentos metodológicos. Na experimentação laboratorial, o critério da evidência provoca a absolutização dos dados: o dado adquire um valor probatório e demonstrativo de hipóteses construídas ‘a priori’ e que visam, na maioria das vezes, a corroborar de antemão um conjunto de teses pressupostas. Na investigação indiciária, a natureza cambiante dos dados é assumida desde o princípio como constitutiva do próprio processo investigativo. Aqui, o dado não evidencia nem é claro e evidente; ele aponta para certas hipóteses. Efetivamente é indispensável a defesa de hipóteses que não são evidenciadas ou contra-evidenciadas através de provas cabais, fatos que demonstrem a verdade ou não da hipótese formulada. Os indícios, as pistas, os sinais dão início a todo um processo interpretativo por parte do pesquisador, que não pode se furtar ao papel de intérprete situado. É dele, em última instância, que depende a singularidade do dado.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1969.
- FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- GINZBURG, C. *Mitos, Emblemas, Sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- PERELMAN, C. e OLBRECHTS-TYTEECA, L. *Tratado da argumentação – A nova retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- RUSSELL, B. *Significado e verdade*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- VOLOSHINOV/BAKHTIN, M. *Discours in life and discours in art – concerning sociological poetics*. In: *Freudianism – A marxist critic*. New York: Academic Press, 1976 (tradução para uso didático de Cristóvão Tezza e Carlos Alberto Faraco).